LEI COMPLEMENTAR Nº 524, DE 08 DE ABRIL DE 2011.

**CÓDIGO MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA E DE SEUS
DISTRITOS.**

ÍNDICE

**TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Objetivo;

**TÍTULO II
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS**

**Capítulo III
DAS RESTRIÇÕES URBANÍSTICAS**

Art. 15º - Restrições urbanísticas;

**Capítulo IV
DO PROJETO**

Art. 17º - Elementos gráficos do projeto arquitetônico;

Art. 18º - Elementos técnicos do projeto;

Art. 24º - Placa de responsabilidade técnica;

TÍTULO III
DAS NORMAS GERAIS DAS EDIFICAÇÕES

Capítulo I
DA SALUBRIDADE E DO CONFORTO DAS EDIFICAÇÕES

SEÇÃO I
DA CLASSIFICAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS

Art. 36º - Classificação dos compartimentos das edificações;

Art. 37º - Compartimentos de permanência prolongada;

Art. 38º - Compartimento de permanência transitória;

Art. 39º - Compartimentos especiais;

Art. 40º - Compartimentos sem permanência;

SEÇÃO II
DAS CONDIÇÕES MÍNIMAS DAS EDIFICAÇÕES

Art. 41º - Pés-direitos;

Art. 42º - Lixeira por tubo de queda;

SEÇÃO III
DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

Art. 44º - Obrigatoriedade de guarda-corpo;

Art. 45º - Recolhimento de água sob o passeio;

SEÇÃO IV
DA INSOLAÇÃO, ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Art. 47º - Abertura de edificação;

Art. 48º - Dimensão de áreas iluminantes;

Art. 49º - Espaços internos descobertos;

Art. 50º - Compartimento insolado;

Art. 51º - Obrigatoriedade de aberturas em compartimentos;

Art. 52º - Edificações não residenciais, ventilação indireta ou forçada;

Art. 53º - Área das aberturas;

Art. 54º - Área de ventilação;

SEÇÃO V
DOS BEIRAIS, MARQUISES, MEZANINOS E PÉRGULAS

Art. 56º - Beirais;

Art. 57º - Marquise;

Art. 58º - Mezanino;

Art. 59º - Pérgulas;

SEÇÃO VII
DAS GUARITAS, BILHETERIAS, PASSAGENS E CABINES DE FORÇA

Art. 61º - Guaritas e passagens cobertas;

Art. 63º - Bilheterias;

SEÇÃO IX
DOS EQUIPAMENTOS DE CIRCULAÇÃO VERTICAL E SEGURANÇA

Art. 66º - Uso obrigatório de elevador de passageiros;

Art. 67º - Elevador de passageiros em edifícios não-residenciais;

Art. 68º - Dimensionamento de elevadores de passageiros;

TÍTULO IV
DAS NORMAS ESPECÍFICAS DAS EDIFICAÇÕES

Capítulo I
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 71º - Ambientes da habitação;

Art. 72º - Dimensões mínimas de compartimentos;

SEÇÃO III
DOS EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS

Art. 78º - Obrigatoriedade de DML;

Art. 79º - Recreação infantil;

Capítulo II

DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS: COMÉRCIOS, SERVIÇOS, INDÚSTRIAS,
LOCAIS DE REUNIÃO E EDIFICAÇÕES DE USO ESPECIAL

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 81º - Compartimentos de edificações não-residenciais;

SEÇÃO II

DOS SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM

Art. 85º - Instalações sanitárias de uso coletivo;

Art. 86º - Área mínima de dormitórios;

Art. 88º - Requisitos para os estabelecimentos;

Art. 89º - Asilos, orfanatos e albergues;

SEÇÃO IV

DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

Art. 95º - Instalações sanitárias;

Art. 96º - Espaços destinados a recreação ou esportes;

SEÇÃO V

DOS LOCAIS DESTINADOS AO PÚBLICO EM GERAL

Art. 100º - Instalações sanitárias;

Art. 101º - Edificações com locais destinados a espectadores, assistência ou auditórios;

Art. 102º - Locais onde ocorram atividades esportivas;

SEÇÃO VI

DAS EDIFICAÇÕES DE USO ESPECIAL

Art. 103º - Cinemas, lanchonetes e demais atividades ao ar livre;

SEÇÃO VIII
DO USO MISTO

Art. 117º - Limites admissíveis;

Art. 118º - Acesso independente direto para o logradouro.

LEI RESUMIDA

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Código regula as obras no Município de Uberlândia e em seus Distritos, abrangendo edificações, construções, reformas, demolições, implantação de equipamentos de circulação vertical e de segurança e execução de serviços e instalações, sem prejuízo da legislação urbanística vigente.

TÍTULO II
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Capítulo III
DAS RESTRIÇÕES URBANÍSTICAS

Art. 15º As restrições urbanísticas do imóvel serão informadas pelo órgão competente, compreendendo:

I - zona em que se localiza o imóvel;

II - classificação do uso pretendido e sua adequação;

III - taxa de ocupação e índice de aproveitamento máximo do imóvel;

IV - eventuais restrições referentes ao imóvel.

Parágrafo Único - As restrições urbanísticas serão elaboradas conforme a legislação que trata do zoneamento, uso e ocupação do solo para o Município de Uberlândia.

Capítulo IV
DO PROJETO

Art. 17º Para a aprovação, os projetos arquitetônicos deverão conter:

I - planta cotada para projetos residenciais, com escala mínima de 1:50 (um para cinquenta), e demais tipos com mínimo de 1:100 (um para cem), desde que a escala garanta a legibilidade com:

- a) dimensões e áreas exatas de todos os compartimentos, inclusive vão de iluminação, ventilação e áreas de estacionamento;
- b) a finalidade de cada compartimento;
- c) os traços indicativos de cortes longitudinais e transversais;
- d) dimensões das espessuras de paredes;
- e) distribuição e localização de vagas de estacionamento de veículos, conforme legislação de zoneamento para o Município de Uberlândia;

II - cortes longitudinais e transversais, na escala mínima de 1:50 (um por cinquenta) convenientemente cotados, contendo:

- a) numeração dos pavimentos;
- b) alturas das aberturas de iluminação e ventilação, peitoris, pés direitos e do ponto mais alto da cobertura;
- c) um dos cortes deverá constar o perfil natural do terreno;

III - elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na escala mínima de 1:50 (um por cinquenta);

IV - planta de locação da edificação na escala mínima de 1:200 (um por duzentos) com:

- a) projeção da edificação dentro do lote;
- b) dimensões das divisas do lote e dos afastamentos da edificação em relação a divisas do terreno e a outras edificações, se porventura existirem;

V - planta de situação na escala mínima de 1:2000 (um por dois mil) contendo:

- a) cotas que determinem a situação do lote em relação ao logradouro público;
- b) cotas que determinem a situação do lote em relação à esquina mais próxima;
- c) orientação do norte magnético;

VI - planta de cobertura na escala mínima de 1:100 (um por cem) com indicações das inclinações das águas.

Parágrafo Único - Pelo menos um dos cortes deverá passar pelo banheiro, cozinha, bem como por escada ou rampa, se existirem.

Art. 18º Além dos elementos gráficos mencionados no artigo anterior, o projeto deverá conter:

I - designação do número do lote e da quadra;

II - designação do bairro e do logradouro público;

III - quadro de áreas contendo:

a) área do lote;

b) área de cada pavimento da edificação;

c) área total edificada;

d) taxa de ocupação da construção em relação ao terreno;

e) coeficiente de aproveitamento utilizado;

f) padrão da construção conforme definição do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado de Minas Gerais - SINDUSCON - MG;

g) porcentagem de área permeável;

IV - nome do proprietário e sua assinatura;

V - nome do profissional ou profissionais responsáveis e assinaturas, com o respectivo número do registro profissional;

VI - padronização do selo, com medidas de 20,5 x 30 cm, conforme modelo constante no Anexo II, parte integrante e complementar desta Lei.

Art. 24º Toda obra deverá indicar, em placa de dimensões mínimas de 40 x 30 (quarenta por trinta) centímetros colocada em local visível do logradouro público, contendo as informações seguintes:

Número do alvará de construção:

Data da expedição:

Vencimento:

Responsável técnico:

CREA:

TÍTULO III DAS NORMAS GERAIS DAS EDIFICAÇÕES

Capítulo I DA SALUBRIDADE E DO CONFORTO DAS EDIFICAÇÕES

SEÇÃO I

DA CLASSIFICAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS

Art. 36º Os compartimentos das edificações, conforme sua destinação, classificam-se em:

I - de permanência prolongada;

II - de permanência transitória;

III - especiais;

IV - sem permanência.

Art. 37º Compartimentos de permanência prolongada são aqueles que poderão ser utilizados para uma das seguintes funções ou atividades:

I - dormir ou repousar, tais como dormitórios e quartos;

II - atividades de estar ou de lazer, tais como salas em geral, locais de reunião e salão de festas;

III - trabalhar, ensinar ou estudar, tais como lojas, escritórios, oficinas, espaços de trabalho, salas de aula, de estudo, laboratórios didáticos, salas de leitura e biblioteca;

IV - preparar ou consumir alimentos, tais como copas, cozinhas, refeitórios, bares;

V - tratar ou recuperar a saúde e o bem estar, tais como enfermarias e ambulatórios;

VI - reunir ou recrear tais como locais fechados para a prática de esportes ou ginástica.

Art. 38º Compartimentos de permanência transitória são aqueles que poderão ser utilizados para uma das seguintes funções ou atividades:

I - circulação e acesso de pessoas tais como escadas, rampas, antecâmaras, corredores, passagens, átrios e vestíbulos;

II - higiene pessoal, tais como instalações sanitárias;

III - depósito para guarda de materiais, utensílios ou ambientes sem a possibilidade de qualquer outra atividade no local;

IV - troca e guarda de roupas, tais como rouparias, vestiários e camarins de uso coletivo;

V - garagem.

Art. 39º Compartimentos especiais são aqueles que apresentam características e condições peculiares à sua destinação, tais como:

I - auditórios e anfiteatros;

II - cinemas, teatros e salas de espetáculos;

III - museus e galerias de arte;

IV - estúdios de gravação, rádio e televisão;

V - laboratórios fotográficos, cinematográficos e de som;

VI - centros cirúrgicos e salas de raio X;

VII - salas de computadores, transformadores e telefonia;

VIII - locais para duchas e saunas.

Art. 40º Compartimentos sem permanência são aqueles que não comportam permanência humana ou habitabilidade, tais como sótãos, porões, adegas, casas de máquina, casas de força, câmaras frigoríficas.

SEÇÃO II DAS CONDIÇÕES MÍNIMAS DAS EDIFICAÇÕES

Art. 41º Os pés-direitos não poderão ser inferiores a:

I - 2,40m em compartimentos sem permanência e compartimentos de permanência transitória;

II - 2,60m para os demais compartimentos.

Parágrafo Único - Considera-se pé-direito, a altura compreendida entre o piso e o forro acabados.

Art. 42º É vedada a solução de lixeiras por tubo de queda.

SEÇÃO III DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

Art. 44º Nos andares habitáveis, os pavimentos acima de 1,00m do solo, não vedados por paredes externas, deverão dispor de guarda-corpo ou elemento de proteção equivalente.

Art. 45º Nos edifícios construídos no alinhamento das vias públicas, nos telhados, sacadas, e outras partes da edificação, as águas deverão ser recolhidas e conduzidas por meio de calhas e condutores, sob o passeio, para as sarjetas.

SEÇÃO IV DA INSOLAÇÃO, ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Art. 47º Nenhuma abertura da edificação poderá estar situada a distância menor que 1,50m, medida em planta na perpendicular traçada do eixo da abertura até a divisa de outra unidade autônoma.

Art. 48º Consideram-se suficientes para insolação, iluminação e ventilação, as aberturas voltadas para áreas iluminantes assim dimensionadas:

I - espaço interno descoberto ou clarabóia, fechado em 03 (três) ou mais faces, onde possa se inscrever um círculo de diâmetro $h/4$ com diâmetro mínimo de 2,00m.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste artigo, "h" é definido como a altura do edifício desde a abertura mais baixa de cada área iluminante, até o teto do andar mais alto.

Art. 49º Os espaços internos descobertos, a que se referem o artigo anterior, deverão ter áreas mínimas assim dimensionadas:

I - 6,00m² (seis metros quadrados) para compartimentos de permanência prolongada;

II - 4,00m² (quatro metros quadrados) para compartimentos de permanência transitória.

Art. 50º Nenhum compartimento será considerado insolado, iluminado e ventilado quando o seu ponto mais afastado distar da abertura iluminante:

I - duas vezes e meia (2,5) o pé direito para espaços externos;

II - duas vezes (2,0) o pé direito para espaços internos.

Art. 51º Para efeito de insolação, iluminação e ventilação, todos os compartimentos classificados nos termos dos arts. 37 e 38 desta Lei Complementar, deverão dispor de abertura comunicando diretamente para espaço descoberto, livre e desembaraçado de qualquer tipo de construção.

Parágrafo Único - Excetuam-se do disposto neste artigo:

I - os corredores de uso privativo;

II - os corredores de uso coletivo até 12m (doze metros) de comprimento;

III - os saguões dos elevadores;

IV - os lavabos providos de ventilação artificial assegurada por poços ou dutos;

V - os cômodos destinados a vestir em edificações residenciais;

VI - depósito, despensa;

VII - demais compartimentos sem permanência.

Art. 52º Em edificações não residenciais será admitida a ventilação indireta ou forçada de compartimentos sanitários mediante:

I - ventilação indireta por duto horizontal, observando:

II - secção não inferior a 0,25m² com dimensão mínima de 0,20m;

III - extensão não superior a 6,00m;

IV - boca comunicando-se para o exterior;

V - ventilação natural por meio de chaminé atendendo aos requisitos mínimos:

a) secção transversal da chaminé com no mínimo 0,006m² de secção para cada metro de altura de chaminé, devendo em qualquer caso, ser capaz de conter um círculo de 0,60m de diâmetro;

b) ter prolongamento de pelo menos um metro acima da cobertura;

c) ser provida de abertura inferior que permita limpeza, e de dispositivo superior de proteção contra penetração de águas de chuva;

d) as chaminés terão, na sua base, comunicação direta com o exterior, ou por meio de dutos de secção transversal equivalente à da chaminé;

e) ventilação forçada, por renovação ou condicionamento.

§ 1º Em edificações destinadas ao uso residencial, somente o lavabo poderá ter sua ventilação conforme dispõe este artigo.

§ 2º Em edificações não residenciais, as instalações sanitárias poderão ter ventilação e iluminação por meio de prismas ou clarabóias fechadas em 03 (três) ou 4 (quatro) faces, onde se possa inscrever um círculo de diâmetro H/12, com diâmetro mínimo de 2,00 (dois) metros.

Art. 53º A área das aberturas destinadas à insolação e iluminação dos compartimentos deverá corresponder, no mínimo a:

I - 1/6 (um sexto) da área do compartimento, se de permanência prolongada;

II - 1/8 (um oitavo) da área do compartimento, se de permanência transitória.

Art. 54º A área de ventilação dos compartimentos deverá ser de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da área de iluminação exigida.

SEÇÃO V DOS BEIRAIS, MARQUISES, MEZANINOS E PÉRGULAS

Art. 56º Serão considerados como área construída, os beirais acima de 1,20m (um metro e vinte).

Parágrafo Único - Nos casos em que os afastamentos forem iguais ou maiores que 2,00m (dois metros), serão tolerados beirais até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 57º Será permitida a construção de marquise na testada dos edifícios, desde que obedçam as seguintes condições:

I - para construções no alinhamento predial, não exceder 2/3 (dois terços) da largura dos passeios, e ficar em qualquer caso, sujeita ao balanço máximo de 2,00m (dois metros);

II - não apresentar em qualquer dos seus elementos altura inferior de 3,00m (três metros), referida ao nível dos passeios;

III - não prejudicar a arborização e a iluminação pública e não ocultarem placas de nomenclatura de ruas e outras indicações oficiais dos logradouros;

IV - ser construída em material incombustível e ser mantida em perfeito estado de conservação.

Art. 58º As construções de mezaninos serão permitidas, desde que os espaços aproveitáveis fiquem com boas condições de iluminação e ventilação e atenderem às seguintes condições:

I - ocupar no máximo 50% (cinquenta por cento) da área do pavimento inferior;

II - deixarem uma altura livre de no mínimo 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) sobre e sob ele;

III - terem parapeito ou guarda-corpo com altura mínima 1,10m (um metro e dez centímetros).

IV - terem escada fixa de acesso.

Art. 59º As pérgulas não terão sua projeção incluída na taxa de ocupação e coeficiente máximo do lote, desde que, tenham as partes vazadas, uniformemente distribuídas por metros quadrados correspondentes a, no mínimo, 70% (setenta por cento) da área de sua projeção horizontal.

SEÇÃO VII DAS GUARITAS, BILHETERIAS, PASSAGENS E CABINES DE FORÇA

Art. 61º As guaritas e passagens cobertas para acesso ao edifício poderão ser localizadas na faixa de afastamento mínimo obrigatório, devendo cada uma, observar os seguintes requisitos:

I - pé-direito mínimo de 2,40m;

II - área máxima de 12,00m².

Parágrafo Único - A soma das passagens cobertas, no afastamento frontal, não poderão ultrapassar 12,00m² (doze metros quadrados).

Art. 63º As bilheterias deverão satisfazer às seguintes condições:

I - não poderão ser localizadas na faixa do afastamento frontal;

II - terão pé-direito mínimo de 2,40m.

SEÇÃO IX DOS EQUIPAMENTOS DE CIRCULAÇÃO VERTICAL E SEGURANÇA

Art. 66º Deverá ser obrigatoriamente servido por elevador de passageiros, a edificação residencial multifamiliar que tiver o piso do último pavimento situado a altura superior a 9,00m (nove metros) do piso do andar mais baixo, qualquer que seja a posição deste em relação ao nível do logradouro.

§ 1º Nos demais casos deverá ser previsto no projeto o fosso do elevador para instalação futura do equipamento.

§ 2º Não será considerado o piso do último pavimento, quando for de uso privativo do penúltimo ou quando destinado exclusivamente a barrilete, cabine de força e compartimentos sem permanência.

§ 3º Será permitida a construção de caixa em alvenaria com empena cega, para a instalação imediata de elevador no afastamento frontal, lateral e fundo, com área máxima de 4,00m² (quatro metros quadrados).

§ 4º A caixa destinada à instalação de elevador não será contada como área construída da edificação, para fins do cálculo da taxa de ocupação.

Art. 67º Nos casos de edificações não-residenciais:

I - será admitido pavimento superior apenas com a indicação do fosso do elevador, se for de uso exclusivo de depósito ou compartimento sem permanência;

II - para outros tipos de utilização do pavimento superior, independente da área construída é obrigatória a instalação de elevadores.

Art. 68º O dimensionamento dos elevadores de passageiros deverá tomar como base o cálculo de tráfego, conforme a norma técnica vigente.

TÍTULO IV DAS NORMAS ESPECÍFICAS DAS EDIFICAÇÕES

Capítulo I DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 71º Toda habitação deverá dispor de ambientes para repouso, preparo de alimentos e instalações sanitárias.

Art. 72º Os compartimentos não poderão ter áreas e dimensões inferiores aos descritos a seguir:

I - salas: 7,00m² (sete metros quadrados) de área e 2,00m (dois metros) de dimensão mínima;

II - dormitórios: 7,00m² (sete metros quadrados) de área e 2,00m (dois metros) de dimensão mínima;

a) quando houver mais de um dormitório, os demais poderão ter área mínima de 6,00m² (seis metros quadrados);

III - cozinhas: 5,00m² de área com 1,80m de dimensão mínima;

IV - banheiro com vaso sanitário, chuveiro e lavatório em um único compartimento com área mínima de 1,80m², com dimensão mínima de 1,00m ou área de 1,20m², com o mínimo de 1,00m, quando o lavatório for externo ou quando houver mais de um banheiro;

V - espaço destinado à lavagem de roupa e serviços de limpeza com área mínima de 1,50m².

Parágrafo Único - A dimensão mínima é sempre o diâmetro de um círculo inscrito no plano horizontal do compartimento.

SEÇÃO III DOS EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS

Art. 78º Nos edifícios de apartamentos é obrigatória a existência de depósito de material de limpeza e instalação sanitária com chuveiro para uso do pessoal de serviço.

Art. 79 - Em todo edifício de apartamentos será obrigatória a existência de um espaço, coberto ou não, para recreação infantil que deverá:

I - ter área proporcional a 2m² (dois metros quadrados) por unidade residencial, com dimensão mínima de 3,00m (três metros);

II - estar separado da circulação ou estacionamento de veículos e de depósito de lixo.

Capítulo II DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS: COMÉRCIOS, SERVIÇOS, INDÚSTRIAS, LOCAIS DE REUNIÃO E EDIFICAÇÕES DE USO ESPECIAL

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 81º As edificações não residenciais deverão dispor de compartimentos, ambientes ou locais para:

I - instalação sanitária, uma para cada sexo, composta de uma bacia e um lavatório, para uso de empregados e de público nas seguintes proporções:

a) empregados: uma para cada 300m², ou fração;

b) público: uma para cada 500m² ou fração de área utilizável pelo público;

II - área para vestiários, equipados com chuveiros e escaninhos junto aos sanitários de empregados, na proporção de 1/60 de área dos andares servidos, nas edificações com área superiores a 250m².

§ 1º As edificações de que trata este Capítulo, com área total inferior a 100m² deverão dispor de, pelo menos, uma instalação sanitária, que servirá ao uso do público e dos empregados.

§ 2º O percurso máximo de qualquer ponto da edificação até a instalação sanitária não poderá ser superior a 100m.

§ 3º Deverá haver pelo menos uma instalação sanitária para cada andar onde houver compartimento de permanência prolongada.

§ 4º Para o cálculo do número de banheiros poderão ser descontadas da área total de construção, as áreas cobertas da edificação destinadas a estacionamento, carga e descarga, caixas de escadas e de elevadores e compartimentos sem permanência.

§ 5º Nos banheiros para o sexo masculino, até 50% (cinquenta por cento) das bacias poderão ser substituídas por mictórios.

§ 6º Nas edificações industriais e galpões, o quantitativo de instalação sanitária poderá ser calculado conforme normas do Ministério do Trabalho, sendo de total responsabilidade do proprietário o atendimento às normas.

SEÇÃO II DOS SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM

Art. 85º As instalações sanitárias de uso coletivo serão separadas por sexo e deverão:

I - ter acessos independentes;

II - dispor de um lavatório, um vaso e um chuveiro para cada 36m² ou fração de área de dormitório;

III - não distar de qualquer dormitório mais que 30m;

IV - estarem localizadas no mesmo pavimento dos dormitórios a que servem.

Art. 86º Nos estabelecimentos de hospedagem os dormitórios deverão ter área mínima de 7m².

Art. 88º Os estabelecimentos de hospedagem deverão dispor de:

I - instalações sanitárias e vestiários do pessoal de serviço independente das destinadas aos hóspedes;

II - nos hotéis, apart hotéis e motéis, as instalações sanitárias privativas dos quartos deverão conter vaso, chuveiro e lavatório com área mínima de 1,80m².

Art. 89º Os asilos, orfanatos, albergues e estabelecimentos congêneres, deverão:

I - ter quarto destinado às pessoas que estejam doentes e necessitem de isolamento;

II - ter área para recreação, lazer e atividades esportivas, arborizadas ou ajardinadas com área não inferior a 10% (dez por cento) da área edificada;

III - se houver locais para atividades escolares, atender às normas vigentes.

SEÇÃO IV DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

Art. 95º As edificações para escolas de ensinos fundamental, médio, técnico, superior e supletivo, deverão dispor de instalações sanitárias na seguinte proporção:

I - para alunos: um lavatório e uma bacia separados por sexo para cada 50 (cinquenta) alunos;

II - para professores e funcionários: conforme art. 81 desta Lei Complementar;

III - 01 (um) bebedouro para cada 50 (cinquenta) alunos, vedada sua colocação em instalações sanitárias.

§ 1º Para o cálculo do número de alunos deverá ser utilizada a proporção de 1,5m² (um metro quadrado e cinquenta centímetros) por aluno para salas de aula.

§ 2º A distância máxima das salas de aula e das áreas de recreação até a instalação sanitária não deverá ser superior a 50m.

Art. 96º As edificações de escolas de ensinos fundamental e médio, deverão dispor de espaços cobertos ou descobertos, destinados a recreação ou esportes com a área mínima correspondente a 4,00m² por aluno, e com diâmetro mínimo de 7,00m.

SEÇÃO V DOS LOCAIS DESTINADOS AO PÚBLICO EM GERAL

Art. 100º Os locais de reunião deverão ter instalações sanitárias separadas por sexo na proporção mínima da seguinte tabela:

ÁREA TOTAL DOS RECINTOS E LOCAIS DE REUNIÃO	INSTALAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS PÚBLICO		
	LAVATÓRIOS	VASOS	MICTÓRIOS
Até 249m ²	2	2	2
De 250 a 499m ²	4	4	4
De 500 a 999m ²	6	6	6
De 1000 a 1999m ²	8	8	8
De 2000 a 3000m ²	10	10	10
Acima de 3000m ²	1/300m ² ou fração	1/300m ² ou fração	1/300m ² ou fração

Art. 101º Sempre que nas edificações houver compartimentos ou locais destinados a espectadores, assistência ou auditório, cobertos ou descobertos, deverão ser atendidas as seguintes condições:

I - os recintos serão divididos em setores por passagens longitudinais ou transversais, com largura necessária ao escoamento da lotação do setor corresponde;

II - quando houver necessidade de fechamento das aberturas de ventilação deverá haver sistema de renovação de ar de acordo com as normas técnicas vigentes;

III - ser assegurada a visibilidade dos espectadores.

Art. 102º Nos locais de reunião onde ocorram atividades esportivas, além das exigências de instalações sanitárias destinadas ao público, deverão ser previstas instalações sanitárias separadas por sexo, para atletas conforme a tabela a seguir:

ÁREA TOTAL DOS RECINTOS E LOCAIS DE REUNIÃO	INSTALAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS			
	VASOS	LAVATÓRIOS	MICTÓRIOS	CHUVEIROS
Até 249m ²	2	2	2	2
De 250 a 499m ²	4	4	4	4
De 500 a 999m ²	6	6	6	6
De 1000 a 1999 m ²	8	8	8	8
De 2000 a 3000 m ²	10	10	10	10
Acima de 3000 m ²	1/300 m ² ou fra- ção	1/300m ² ou fra- ção	1/300m ² ou fra- ção	1/300m ² ou fração

SEÇÃO VI DAS EDIFICAÇÕES DE USO ESPECIAL

Art. 103º Os cinemas, lanchonetes e demais atividades ao ar livre deverão satisfazer às seguintes disposições:

I - acesso e faixas de circulação de veículos, espaços de estacionamentos e rampas, obedecerão às disposições relativas às garagens;

II - as instalações sanitárias, separadas por sexo e distintas para público e empregado, manterão uma proporção de 01 (um) vaso, 01 (um) lavatório e 01 (um) mictório para cada 50 (cinquenta) vagas destinadas aos veículos.

SEÇÃO VIII DO USO MISTO

Art. 117º As atividades para comércio, serviço e indústria poderão localizar-se em qualquer andar de uma mesma edificação, exceto quando produzirem ruídos, vibrações, fumaça, poeira ou odor acima dos limites admissíveis pela legislação ambiental.

Art. 118º O uso residencial instalado junto a outra atividade deverá ter acesso independente e direto para o logradouro, com largura mínima de 1,10 m.